EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 02ª VARA EMPRESARIAL, DE RECUPERAÇÕES DE EMPRESAS E DE FALÊNCIAS DO FORO DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Proc. 0236174-42.2024.8.06.0001

INDÚSTRIA NORDESTINA DE ACESSÓRIOS PARA IRRIGAÇÃO LTDA. ("INAPI" ou "REQUERENTE"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.008.080/0001-33, com sede na Avenida Parque Oeste, 2.160, Distrito Industrial I, Maracanaú/CE, CEP 61.939-120**,** por seus advogados (Doc. 01 – Procuração), com endereço eletrônico (push@keppler.com.br), vem, respeitosamente, à presença deste MM. Juízo, vem, respeitosamente, **EM CARÁTER DE URGÊNCIA**, à presença deste MM. Juízo, com fundamento nos artigos 47 e seguintes da Lei nº 11.101/2005 atualizada pela Lei nº 14.112/2020, bem como ao art. 308 do Código de Processo Civil e demais dispositivos legais aplicáveis ao caso, emendar a ação de tutela cautelar antecedente para propor o presente pedido principal de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, o que faz pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I. BREVE SÍNTESE DA DEMANDA, HISTÓRICO DO GRUPO E MOTIVOS PARA O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme depreende-se da petição inicial da tutela cautelar antecedente que ora se emenda, a **INDUSTRIA NORDESTINA DE ACESSORIOS PARA IRRIGACAO LTDA. ("INAPI"),** ora Requerente, é sociedade empresária constituída em 2006 no Município de Maracanaú/CE (Doc. 02 – Documentos Societários) e com atuação no âmbito Nacional, possuindo uma filial no interior do Estado de São Paulo, no Município de Itaquaquecetuba, cuja atividade é no setor de produção de peças fundidas de ferro e aço, produção de peças fundidas de metais não ferrosos e suas ligas, fabricação de bombas e carneiros hidráulicos, fabricação de maquinas e equipamentos para agricultura, avicultura e

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

obtenção de produtos animais, fabricação de estruturas metálicas para edifícios, pontes, torres de transmissão, andaimes e outros afins - inclusive sob encomenda, fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios e comercio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, suas peças e acessórios:



A empresa investe em pesquisa e tecnologia desde a sua fundação, buscando a excelência na fabricação de ferro fundido dúctil para saneamento e diversas áreas industriais, possuindo uma estrutura própria e moderna no tocante a todos os seus setores, dentre eles: administrativo, financeiros, recursos humanos, comercial, engenharia e fundição. Além do esmerado controle de qualidade e fabricação.

A **INAPI** está focada em um futuro responsável com o propósito de disponibilizar ao mercado produtos com a máxima qualidade em respeito aos seus clientes e parceiros, tendo em seu portfólio a comercialização de conexões, válvulas e tubulações de ferro fundido dúctil atendendo a todo o segmento de saneamento.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

A companhia dispõe, ainda, de acessórios, anéis de borracha e parafusos, sendo referência na fabricação de tubos com flanges, conexões e válvulas para projetos de saneamento:



A **INAPI** é sinônimo de qualidade, possuindo um histórico de fornecimento dos mais respeitáveis, e mantém toda a linha de produtos em estoque para uma participação comercialmente ativa, trabalhando com especificações técnicas ABNT, atendendo com primazia a NBR 7675. No parque industrial, possui dois fornos de indução, um com capacidade de três toneladas/hora e outro com capacidade de 1,5 toneladas/hora, possibilitando uma produção mensal de mais de 1.000 toneladas, e um compromisso constante com a melhoria contínua de seus processos produtivos, conforme os índices de produção e metas almejadas.

Desde a sua constituição, em 2006, a **INAPI** segue comprometida com a qualidade no que fabrica e respeitando a ética com seus clientes e fornecedores, atuando sob a missão de desenvolver soluções de qualidade para saneamento básico de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento do País, garantindo saúde e qualidade de vida as pessoas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

A empresa busca se tornar a maior indústria nacional de produtos para saneamento, e ser reconhecida como uma empresa fundamental na ampliação da infraestrutura brasileira.

A gestão atual da companhia trabalha fortemente no treinamento dos seus mais de 200 funcionários diretos, buscando seu aperfeiçoamento técnico e constantes capacitações, pregando o conceito onde a garantia da qualidade do produto final depende da colaboração de todos os funcionários, tanto no início da execução dos serviços, como em cada etapa do processo produtivo.

O foco da companhia é trabalhar na melhoria contínua de seu processo produtivo, através de índices de produção gerados no dia a dia de conformidade com a meta almejada.

Apesar do constante crescimento da companhia, a **INAPI** enfrentou nos últimos anos a mudança de sua gestão, além de fatores externos, como a crise mundial decorrente do COVID-19, altos índices inflacionários e, mais impactante à empresa, a crise no setor de saneamento básico, onde verifica-se um baixo investimento histórico no setor. **Consequentemente, a INAPI enfrenta uma crise econômica sem precedentes, que exige medidas imediatas para garantir a continuidade de suas atividades e a preservação de sua função social.**

Diante da crise enfrentada no mercado e das dificuldades financeiras verificadas na companhia, sua gestão atual tem buscado incessantemente a sua recuperação, contudo, tem encontrado grandes desafios decorrentes da crise no setor de saneamento básico, que se agrava com a falta de investimentos públicos e privados.

Nos últimos anos, o setor de saneamento básico no Brasil tem enfrentado uma crise significativa. A redução dos investimentos públicos e privados tem afetado a capacidade das empresas de expandir e modernizar suas operações. De acordo com dados recentes[1], o Brasil investiu

[1] https://www.infomoney.com.br/negocios/com-investimentos-abaixo-do-necessario-setor-de-saneamento-ve-incertezas-para-2023/

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

menos no setor de saneamento básico em comparação com anos anteriores, resultando em uma desaceleração no progresso rumo à universalização dos serviços de água e esgoto. Estima-se que a universalização dos serviços, que antes era prevista para ser alcançada na década de 2030, agora só ocorrerá na década de 2060, se as atuais tendências de investimento continuarem. Senão vejamos:



Negócios | Água e esgoto

Com investimentos abaixo do necessário, setor de saneamento vê incertezas para 2023

Enquanto empresas privadas buscam acessar mercado de capitais, governo de transição propõe mudanças no marco legal da atividade

Rikardy Tooge
27/12/2022 11h30 • Atualizado 1 ano atrás

Investimentos em saneamento caem e universalização dos serviços de água e esgoto ficará para a década de 2060

Levantamento da CNI mostra que desembolsos para o setor de maior atraso da infraestrutura brasileira recuaram 7,8%. No ritmo atual, acesso amplo da população às redes de esgoto só ocorrerá daqui a mais de 45 anos

[2]

A situação é agravada pela redução do investimento em infraestrutura de saneamento, deixando cerca de 100 milhões de brasileiros sem acesso adequado à coleta de esgoto.[3] Isso não apenas impacta a saúde pública, mas também aumenta os custos operacionais para empresas como a INAPI, que dependem de um ambiente regulatório estável e investimentos contínuos para manter e expandir suas operações:

---

[2] https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/infraestrutura/investimentos-em-saneamento-caem-e-universalizacao-dos-servicos-de-agua-e-esgoto-ficara-para-a-decada-de-2060/

[3] https://oglobo.globo.com/politica/brasil-reduz-investimento-em-saneamento-deixa-100-milhoes-sem-coleta-de-esgoto-22603400?versao=amp

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

Keppler.
Advogados Associados

Comparado com anos anteriores, Brasil investe menos no setor de saneamento básico

06/10/2022 Sem Comentários Artigos, Estudos ITB

O país deverá realizar grandes investimentos em busca de universalizar o acesso à água e o esgotamento sanitário para a população

Dados presentes no Painel Saneamento Brasil mostram que **o país investiu R$ 2 bilhões a menos no setor de saneamento em 2020** – comparado com o valor do ano anterior. Essa diminuição do investimento torna-se ainda mais preocupante, quando analisado a situação precária que milhões de brasileiros vivem por conta da ausência dos serviços básicos. **No ano de 2020, foram investidos aproximadamente R$ 13 bilhões em saneamento, enquanto em 2019 o investimento foi de R$ 15 bilhões.**

[4]

A nova regulamentação do marco legal do saneamento trouxe mudanças significativas, mas a incerteza regulatória e os investimentos insuficientes ainda são grandes desafios para o setor. As empresas precisam se adaptar a novas normas enquanto enfrentam a falta de recursos para investimentos necessários.

Diante desses desafios, a **INAPI** encontra-se em uma posição crítica, necessitando urgentemente de medidas de reestruturação para evitar a paralisação de suas atividades. As restrições judiciais iminentes, como retenções, arrestos, penhoras e bloqueios, ameaçam comprometer ainda mais o fluxo de caixa da empresa, inviabilizando a continuidade operacional e causando um impacto socioeconômico significativo.

Gerou-se, portanto, um círculo vicioso extremamente prejudicial à capacidade financeira da Requerente, cuja reorganização depende essencialmente do congelamento das dívidas e da reestruturação do seu passivo, conforme previsto no procedimento de recuperação judicial da Lei nº 11.101/05. Além disso, diversas ações vêm sendo ajuizadas contra a Requerente, resultando em bloqueios em suas contas e comprometendo ainda mais sua liquidez.

---

4 https://tratabrasil.org.br/comparado-com-anos-anteriores-brasil-investe-menos-no-setor-de-saneamento-basico/

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

O expressivo endividamento bancário da **INAPI**, por sua vez, tende a resultar no ajuizamento de execuções de títulos extrajudiciais em desfavor da empresa, além do que o endividamento com fornecedores tem gerado constantes avisos de corte de fornecimento de insumos e serviços essenciais. Essa situação, se não contida, acarretará um impacto negativo gigantesco no faturamento da **INAPI**, dificultando ainda mais a manutenção de suas operações e a preservação da empresa.

Diante do cenário de crise enfrentada, bem como da pressão dos credores e da falta de liquidez que poderiam levar à paralisação das atividades produtivas - o que resultaria em prejuízos incalculáveis não só à empresa, mas também aos seus funcionários, fornecedores e à comunidade que depende de suas operações - não restou outro caminho à companhia, senão o **de ajuizar a tutela cautelar antecedente ao pedido de recuperação judicial, que surgiu como a <u>única alternativa viável</u>** para garantir que a empresa tivesse condições de reestruturar as suas dívidas, preservar os empregos e garantir a continuidade da **INAPI** no mercado – o que foi brilhantemente deferido por Vossa Excelência, nos seguintes termos:

> *"(...) Isso posto, DEFIRO A TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE, nos termos do § 12, do art. 6º da Lei nº 11.101/2005, e antecipo os efeitos do stay period à Requerente, e, por consequente, determino: a) A suspensão da exigibilidade de todas as obrigações relativas aos instrumentos financeiros celebrados entre a Requerente e as instituições relacionadas na petição inicial e anexos, que constituem créditos sujeitos a um eventual processo recuperacional; a suspensão de qualquer arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição sobre os bens, derivados de demandas judiciais ou extrajudiciais, sem a prévia análise deste Juízo Recuperacional; devendo ser determinado o imediato recolhimento de eventuais Mandados já expedidos, tudo em face da empresa Requerente INDÚSTRIA NORDESTINA DE ACESSÓRIOS PARA IRRIGAÇÃO LTDA - INAPI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.008.080/0001-33; b) Sejam preservados todos os contratos necessários à manutenção das atividades da Requerente, inclusive linhas de créditos e fornecimentos essenciais, como água, luz, internet, gás, telefonia, entre outros, relacionados às fls. 305; c) a impossibilidade do vencimento antecipado de dívidas financeiras em razão do ajuizamento deste pedido. d) Autorizar que esta decisão sirva de ofício, para que seja apresentada pelas Requerentes, de forma judicial e/ou extrajudicial, a credores, órgãos, instituições e interessados, bem como a processos judiciais em que forem deferidos/efetivados bloqueios, arrestos, depósitos ou cauções, para fins de obstar as constrições e efetivar a liberação destes ativos. e) Tendo em vista que a espinha dorsal do microssistema de*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

recuperação judicial reside no princípio da preservação da empresa e sua função social, a teor do artigo 47 da LRE, e diante do demonstrado risco de vencimento antecipado de obrigações, defiro a tramitação do feito em segredo de justiça, tão somente até a apreciação do Pedido Liminar, nos termos do art. 189, inc. I, do CPC. Nomeio, desde logo, RODRIGO PREVITERA GOMES NASCIMENTO (OAB/CE 17.250), com endereço na Avenida Santos Dumont, n° 6944, apto 901, Cocó, CEP 60.192-024, Fortaleza/CE, e endereço eletrônico nascimento.prv@gmail.com, como administrador judicial temporário, para fiscalizar as atividades da recuperanda, arbitrando seus honorários em R$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais). O Administrador Judicial, em observância às disposições da Lei nº 11.101/2005, deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, relatório circunstanciado e pormenorizado das atividades da Requerente. Determino que a Requerente apresente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias corridos, o pedido de recuperação judicial, na forma do inciso I do § 1º do art. 303 c/c 308 do Código de Processo Civil, sob pena de perda imediata da eficácia da medida cautelar ora deferida, independentemente de intimação. Intime-se."

Apesar da cautelar deferida e dos esforços adotados pela **INAPI** durante a vigência da tutela, não foi possível chegar a um consenso com seus credores, não restando qualquer alternativa à companhia, senão apresentar este pedido principal de deferimento do processamento de sua **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**.

Neste sentido, não é possível, simplesmente ignorando os princípios constitucionais - e, mais do que isso, a real e efetiva importância que a **INAPI** possui perante a sociedade e a economia nacional -, permitir que a atividade empresarial seja interrompida, especialmente quando existem mecanismos jurídicos para evitar esse cenário avassalador, como o procedimento de recuperação judicial.

Veja, Nobre Julgador, que apesar da crise enfrentada, a **INAPI** é uma forte empresa local, com capacidade de recuperação e conta com uma nova gestão comprometida a reerguer a companhia em seu pleno funcionamento.

Isto porque, apesar dos desafios atuais, há sinais de recuperação no horizonte. As projeções do mercado indicam que, com a implementação de políticas públicas eficazes e o aumento dos investimentos, o setor de saneamento pode começar a se recuperar nos próximos anos. Espera-se que o investimento em infraestrutura de saneamento cresça, impulsionado por parcerias

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

público-privadas (PPP) e novas regulamentações que incentivem o investimento privado. A Aegea, por exemplo, assinou um contrato de PPP de esgoto com a Cagece para o atendimento de 17 municípios do Ceará, demonstrando o potencial dessas parcerias para melhorar os serviços de saneamento.[5]

Essas projeções positivas indicam que, com o aumento dos investimentos e a estabilidade regulatória, o setor de saneamento pode se tornar mais robusto e eficiente, beneficiando não apenas as empresas do setor, mas também a população brasileira como um todo. Com uma recuperação esperada nos próximos anos, a INAPI pode encontrar novas oportunidades para fortalecer sua posição no mercado e contribuir para a melhoria da infraestrutura de saneamento no Brasil.

Conforme exposto, a INAPI enfrenta uma crise econômica sem precedentes que ameaça a continuidade de suas operações e a preservação de sua função social. A Lei nº 11.101/05, em seu artigo 47, visa justamente à manutenção da atividade produtiva da empresa e ao cumprimento de sua função social, além de estimular a atividade econômica.

Diante de tal cenário, o presente pedido de recuperação judicial se mostrou como a melhor alternativa à preservação e manutenção da atividade produtiva da **INAPI**, bem como ao interesse de seus credores e seus fornecedores e à segurança dos empregos de seus funcionários e colaboradores.

A qualidade e tradição da companhia são razões pelas quais ela permanece no mercado mesmo em tempos difíceis, mantendo uma relevante carteira de clientes e comprovando que, apesar de estar atravessando essa crise econômico-financeira sem precedentes, é uma empresa sólida e possui reconhecimento da sociedade e da economia regional.

[5] https://www.aegea.com.br/2023/02/06/aegea-assina-contrato-de-ppp-de-esgoto-com-cagece-para-atendimento-de-17-municipios-do-ceara/

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

Nesse sentido, o deferimento do processamento da recuperação judicial permitirá à **INAPI** a manutenção de empregos e rendas de diversas famílias, recolhimento de tributos, e que possa transpassar as dificuldades momentâneas, podendo prosseguir demonstrando bons resultados.

Deste modo, a soma dos fatores acima atingiu de forma relevante a INAPI, deixando a sua situação desta extremamente debilitada, não havendo alternativa para superar a crise econômico-financeira e honrar seus compromissos financeiros e manutenção de um histórico positivo, senão através do requerimento do processamento da presente Recuperação Judicial.

II. DA COMPETÊNCIA

Inicialmente, faz-se necessário esclarecer a competência deste MM. Juízo para processar e deferir a presente recuperação judicial.

Como se sabe, a doutrina e a jurisprudência pátria já unificaram o entendimento de que se considera como competente para processar e julgar o pedido de recuperação judicial o lugar onde se encontra o centro de tomada de decisões das empresas, o que decorre da própria análise do artigo 3º da Lei 11.101/2005, o qual dispõe que *"é competente para o processamento de pedido de recuperação judicial o foro do local em que se encontra o principal estabelecimento do devedor".*

Conforme denota-se da documentação societária da Requerente (Doc. 02 – Documentos Societários), a **INAPI** tem sua sede na comarca de Maracanaú/CE, realizando, neste Estado, o maior volume de suas operações, sendo o seu principal estabelecimento. É o local onde a companhia encontra os seus centros administrativos, operacionais e financeiros.

Segundo leciona Fábio Ulhôa Coelho, *"por principal estabelecimento entende-se não a sede estatutária ou contratual da sociedade empresária devedora, a que vem mencionada no respectivo ato constitutivo, nem o estabelecimento maior física ou administrativamente*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

falando. ***Principal estabelecimento, para fins de definição da competência para o direito falimentar, é aquele em que se encontra concentrado o maior volume de negócios da empresa; é o mais importante do ponto de vista econômico.*** *O juiz do local onde se encontra tal estabelecimento é o competente para o processo falimentar, porque estará provavelmente mais próximo aos bens, à contabilidade e aos credores da sociedade falida"* (Curso de direito comercial, vol. 3: direito de empresa, 15ª ed., Saraiva, 2014, p. 271).

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça interpretou a aplicação da regra dispondo que o principal estabelecimento é *"o local onde haja o maior volume de negócios, ou seja, o local mais importante da atividade empresária sob o ponto de vista econômico"*[6].

Consoante se depreende dos documentos acostados à presente, o centro dos principais negócios da Requerente, nos moldes do que preceitua a legislação específica, localiza-se em Maracanaú/CE, motivo pelo qual, não haveria qualquer outra razão para o processamento ocorrer em outra localidade, senão em Fortaleza/CE.

Neste sentido, dispõe a Resolução do Tribunal Pleno do Ceará nº 11/2022, publicado em 18 de agosto de 2022, em seu art. 5º, que as Varas Empresariais, de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará, sediadas em Fortaleza, passam a ser as competentes para processar os pedidos de natureza recuperacional em **todo o território cearense,** vejamos:

> *Art. 5º Aos(Às) Juízes(as) de Direito das Varas Empresariais, de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará, sediadas em Fortaleza, compete, por distribuição, processar e julgar, com jurisdição em todo o território respectivo:*
> ***I - as recuperações judiciais e as falências;***
> ***II - os feitos que, por força de lei, devam ter curso no juízo da recuperação judicial ou da falência, inclusive os crimes de natureza falimentar;***
> *III - as causas, inclusive penais, nas quais as instituições financeiras, em regime de liquidação extrajudicial, figurem como partes, vítimas ou interessadas;*
> *IV - as execuções por quantia certa contra devedor(a) insolvente, inclusive o pedido de declaração de insolvência; e*
> *V - os processos que tenham como assunto principal um daqueles constantes do*

[6] AgInt no CC 147.714/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/02/2017, DJe 07/03/2017

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

ramo Direito de Empresas (Código 9616) do Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas (TPU) do CNJ (disponível em https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_ publica_assuntos.php), bem como os feitos que lhes sejam conexos e os incidentes que deles porventura resultem. – grifo nosso

Assim, no caso concreto, o juízo competente para processar e julgar o presente pedido recuperacional é este MM. Juízo especializado da 2ª Vara Empresarial, de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará.

Portanto, considerando que a sede da Requerente, local de concentração do maior volume de negócios da companhia, se localiza na Comarca de MARACANAÚ, inequívoca a competência deste MM. Juízo especializado, localizado na Comarca de Fortaleza/CE, para processar o presente pedido, em conformidade com o art. 3º, da Lei nº 11.101/05.

III. DA NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DOS EFEITOS DA LIMINAR ATÉ O DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO

a. Da manutenção dos efeitos do *stay period*

Diante do conjunto de questões, situações e fatos a seguir abordados, restará claro para V.Exa. que a Requerente se enquadram perfeitamente no conceito previsto no artigo 47 da Lei 11.101/05, sendo empresa viável, que adimpliram com suas obrigações ao longo de sua história e que foram duramente atingidas pela crise econômica instalada no país.

Destaca-se que a Requerente enfrenta diversos desafios operacionais e financeiros, o que pode ser constatado na análise dos demonstrativos financeiros dos exercícios 2021 2022 e 2023, que demonstram relevante redução da receita operacional líquida com perda da capacidade de geração de caixa.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

A Requerente pretende apresentar Plano de Recuperação e Reestruturação, o que fará no prazo legal, reiterando sua postura de boa-fé e transparência, propondo a reestruturação do seu passivo, de sorte que possa cumprir suas obrigações, em ambiente de preservação e melhoria das suas atividades operacionais.

Nesse ponto é que se mostra de suma importância a análise do momento adequado para o deferimento do presente pedido.

A Requerente, por sua perseverança, procurou diversas alternativas de mercado, fazendo-o até o último momento. Porém, o mercado – seja de crédito, seja para venda de ativos, seja para busca de eventuais parceiros financeiros ou sócios, está extremamente penalizado pela crise brasileira e se mostra arredio às empresas em dificuldades.

Portanto, a presente recuperação está sendo pleiteada após exaustivas tentativas de evitá-la – até com o ajuizamento da tutela cautelar de origem -, o que, ao final, se mostrou impossível, uma vez que os credores sujeitos ao procedimento se mostraram ainda mais duros nas negociações buscadas pela companhia.

Diante disso, subsiste a necessidade de manutenção dos efeitos da liminar concedida, até que seja proferido o despacho de deferimento do processamento por Vossa Excelência, bem como que, se houver necessidade de melhor análise até o seu efetivo deferimento – com a eventual realização de nova perícia prévia (o que talvez não seja necessário diante do fato de que o Douto Administrador Judicial fez visitas recentes à Companhia, a última no dia **17/06/2024**) -, seja garantido a suspensão das ações e execuções promovidas contra a empresa.

Explica-se! Verifica-se – como já exaustivamente abordado desde a distribuição da tutela cautelar - que a Requerente vem sofrendo e está na iminência de sofrer novos atos constritivos sobre o seu patrimônio, visto a existência de demandas executórias, buscas e apreensões, e outras novas ações que podem, eventualmente, serem intentadas em segredo de justiça; além da execução de travas bancárias e vencimentos antecipados de contratos com bloqueios em suas

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

contas bancárias, e da enorme pressão de mercado sofrida, vez que seus credores tem seguido com protestos de notas emitidas por seus clientes, colocando em "xeque" sua posição de mercado.

E é notório que, a partir do momento em que for à público a notícia da distribuição deste pleito, a Requerente será exposta à riscos relacionados aos seus bens, serviços essenciais e recursos financeiros, e, por certo, será alvo de diversos ataques pelas instituições financeiras – como já vem acontecendo, principalmente aquelas que detenham créditos extraconcursais, ou mesmo pelos credores concursais mais aparelhados financeira e juridicamente, até o deferimento do processamento da presente.

Ou seja, o período entre a distribuição deste pleito recuperacional e o deferimento de seu processamento pode ser mais ou menos tormentoso – havendo um limbo no qual a Requerente – se não for estendida a liminar concedida quando da apreciação da tutela cautelar para determinar a suspensão de ações e execuções -, estará sem proteção do instituto. Por outro lado, a empresa já estará exposta, notadamente no aspecto documental, eis que os credores e terceiros em geral – inclusive seus concorrentes -, já terão acesso imediato e digital a informações de suas operações, registros contábeis e questões particulares dos seus sócios e seus próprios trabalhadores, ficando numa situação ainda mais fragilizada.

Por estas claras razões e pelos prejuízos irreparáveis e incontornáveis que o deferimento tardio do processamento da recuperação poderão ensejar, **é que se pede a V.Exa., em caráter de urgência que defira o processamento da recuperação judicial, com suspensão das ações e execuções contra a Requerente (na forma do art. 6º., e seu § 4º., da LFRE) ou, alternativamente, se V.Exa. determinar a realização de nova perícia prévia, que cautelarmente determine a suspensão de ações execuções face à Requerente e seus garantidores, na forma do artigo 6º, inciso II e II, §12º da Lei 11.101/05**[7].

[7] *§ 12. Observado o disposto no art. 300 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), o juiz poderá antecipar total ou parcialmente os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial.*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

Veja, Nobre Julgador, que os motivos que levaram a Requerente a ajuizar a tutela cautelar antecedente que originou este pedido principal ainda subsistem – e com ainda mais força. Senão vejamos:

O direito que a Requerente buscava assegurar por meio do pedido de tutela de urgência cautelar antecedente era a preservação de sua base operacional e estratégica para superação da crise estrutural e econômica, de forma a preservar e maximizar sua função social como entidade geradora de bens, recursos, e empregos, gerando tributos e contribuindo para a atividade econômica do país.

O entendimento do potencial de geração de valor da **INAPI** e de sua capacidade de honrar compromissos estabelecidos, trata-se de estudo amplo que vêm sendo desenvolvido pela sociedade, buscando novos negócios e visando, principalmente, a reestruturação dos passivos atuais, com amplos interesses de seus credores, trabalhadores e colaboradores, por meio do instituto recuperacional, em atenção ao princípio da preservação da atividade empresarial positivado no art. 47 da LRF.

Concretamente, frise-se, tal direito encontra-se ameaçado pela iminente possibilidade de bloqueio nas contas da empresa Requerente – seja por meio das execuções ajuizadas, seja pelo expressivo endividamento bancário e risco de vencimento antecipado e execução de garantias com retenções/travas dos valores existentes em suas contas correntes – bem como pelo risco existente de busca e apreensão de bens essenciais à manutenção de suas atividades que – caso permitida – acarretará na impossibilidade de atendimento de seus clientes e quebra de seus negócios vigentes.

Veja, Excelência, essas medidas, se efetivadas, poderão inviabilizar toda a operação da Requerente, impedindo até a efetividade deste pedido recuperacional.

Nesse sentido, a Requerente afirma sua legitimidade e interesse processual para obtenção da presente manutenção dos efeitos da medida cautelar antecedente e preparatória ajuizada, pois não se enquadra em nenhum dos impeditivos contidos na Lei de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falências, assim, sob qualquer ângulo subministrado, deve ser reconhecida a legitimidade ativa e o interesse processual da Requerente para seguir com pedido recuperacional, na forma da LRF; e, por consequência, para postular esta manutenção da medida cautelar antecedente, cuja função precípua é justamente a de preservar os seus ativos e assegurar a própria eficácia do processo recuperacional, cumprindo o requisito do ***fumus boni iuris*** para manutenção da liminar concedida.

Em relação ao ***periculum in mora*** – como bem salientado ao longo desta exordial e durante a inicial da tutela cautelar, as atividades da Requerente e, consequentemente, a existência dos empregos por ela gerados e contribuição direta com a economia nacional, corre sérios riscos de insolvência, em razão (i) do risco iminente de busca e apreensão de equipamentos, essenciais à manutenção das atividades da Requerente; (ii) o risco de bloqueio em decorrência das execuções ajuizadas pelas instituições financeiras, ex-funcionários e fornecedores da Requerente; (iii) a iminência da execução direta de garantias e retenção de valores em contas bancárias por força dos contratos com instituições financeiras; e (iv) os protestos indevidos realizados pelas instituições financeiras e de crédito de notas/duplicatas emitidas por seus clientes, colocando em "xeque" as atividades da Requerente.

Veja, Excelência, como já mencionado, que a Requerente está buscando soluções no mercado para solução da crise enfrentada, empregando esforços diários para cumprimento das suas obrigações; contudo, não lhe restou alternativa senão o ajuizamento da presente recuperação judicial, a fim de garantir a manutenção das suas atividades, a reestruturação de seu passivo e pagamento justo e equitativo de seus credores.

Consoante já noticiado, referido direito encontra-se ameaçado pela iminência de um colapso financeiro no fluxo de caixa da Requerente, em razão de bloqueios e constrições patrimoniais oriundas de reclamações trabalhistas e de processos executórios (vide documentação anexa), assim como pelo iminente ajuizamento de novas medidas executórias por parte de credores, ou ainda, retenções em suas contas correntes em razão do vencimento antecipado dos contratos bancários. Tais medidas, se efetivadas, poderão inviabilizar a manutenção das atividades das

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

empresas do grupo, uma vez que subtrairão ativos relevantes para o soerguimento da Requerente e o pagamento de suas despesas correntes e débitos existentes, sujeitos ao futuro procedimento recuperacional.

Dessa forma, pelos motivos acima referidos requer V.Exa. se digne a apreciar e deferir, em caráter de urgência, a presente Recuperação Judicial, e, caso assim não seja possível, requer que seja deferido o pedido de tutela antecipada de urgência (art. 300 do NCPC c/c artigo 6º, inciso II e II, §12º da Lei 11.101/05), no sentido da manutenção da liminar concedida para determinar **a suspensão de ações e execuções promovidas contra a Requerente, pelo prazo legal de 180 dias, de modo a evitar prejuízos irreparáveis no lapso temporal compreendido entre o ajuizamento da presente recuperação e o seu deferimento.**

b. DA NECESSÁRIA BAIXA DOS PROTESTOS EM FACE DOS CLIENTES DA REQUERENTE.

Excelência, como já se explicitou durante a exordial da tutela cautelar, a atividade empresarial exercida pela Requerente demanda um elevado capital de giro, vez que a produção de peças fundidas de ferro, aço, fabricação de bombas hidráulicas, etc., necessitam de um considerável adiantamento de capital.

Dessa forma, a empresa realizou uma série de operações de cessões de crédito, visando o adiantamento de valores que seriam futuramente devidos pelos seus clientes (a depender da efetiva fabricação e cumprimento de prazos e condições estabelecidas perante sua carteira de clientes); assim, sinteticamente a operação consistiu em: A **INAPI** (cedente) transferiu os direitos de receber pagamentos futuros (recebíveis) de seus clientes para instituições financeiras (cessionárias) em troca de capital imediato. Frisa-se que esta operação é utilizada como uma forma de fomento, oferecendo à empresa cedente a liquidez necessária para continuar suas operações ou investir em novos projetos, assim viabilizando o exercício da plena atividade empresarial.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

Ocorre que a situação da Requerente, há muito, vinha sendo deficitária, como noticiado nestes autos, o que vinha ocasionando o atraso no cumprimento de prazos perante sua carteira de clientes, cancelamentos de pedidos, desajustes comerciais, dentre outros fatos, além de crise econômico-financeira que teve seu agravamento por ocasião da crise do COVID, bem como do pagamento de elevados juros e encargos na ciranda financeira que se estabeleceu, conforme acima.

A Requerente, como se sabe, está passando por processo de reestruturação interna, com redução do seu quadro de funcionários, dentre outras medidas necessárias à retomada de uma operação saudável, o que também motivou um desajuste entre o departamento de contas a pagar e a receber, e o que ocasionou, em alguns casos, o pagamento direto pelos clientes, das notas cedidas, à conta da INAPI, não sendo mais referidos títulos devidos pelos clientes, mas sim pela própria Requerente às instituições financeiras, fundos, fomentos, conforme reconhecido na lista de credores apresentada.

Diante do acima exposto, é certo que em razão deste pedido principal, a Requerente lançou os valores pendentes com seus credores (Doc. 7 – Relação de Credores), reconhecendo ser a legítima devedora de tais débitos, fato que também comunicou aos referidos credores. Ocorre que, embora os créditos dos credores tenham sido lançados na relação de credores apresentada e ainda em fase de apuração, diversos credores têm procedido a medidas coercitivas no intuito de receber seus créditos de forma transversa.

Isso porque, os cessionários dos títulos (vendas futuras que não foram performadas, eventuais títulos pagos diretamente à cedente, dentre outras situações) procederam à diversos **protestos em desfavor dos clientes da empresa**, causando grande constrangimento e prejudicando demasiadamente os clientes da INAPI, situação que vem estremecendo a relação entre INAPI e seus clientes, colocando em risco a atividade empresarial.

Nesse cenário, a Requerente já informou aos seus fornecedores, bem como às instituições financeiras, Fundos e empresas de factoring/fomento - envolvidos em tais operações de fomento, ou operações de capital de giro travestidas em fomento ou em operações de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

antecipação de recebíveis futuros) -, por intermédio de notificações extrajudiciais, no sentido de que, em verdade, é a INAPI quem está em mora para com os mesmos e não sua carteira de clientes, que não deve nada relativamente aos títulos indicados.

Assim, apesar da Requerente ter notificado tais instituições financeiras da ilegalidade destes procedimentos, estes credores continuam apontando títulos de importantes clientes para protesto, com o nítido intuito de ameaçar e destruir a imagem da Requerente perante seus maiores clientes, prejudicando gravemente sua imagem comercial, bem como de se colocar em posição de vantagem perante outros credores menos aparelhados.

Isto posto, a presente tem como intuito a concessão de pedido liminar para que sejam oficiados os credores constantes da relação anexa, bem como outros que venham a proceder da mesma forma, para que **BAIXEM** todos os protestos realizados em nome dos clientes da **INAPI** em razão de dívidas contraídas diretamente pela mesma, bem como se abstenham de realizar novos protestos; pois, como dito, não é crível que tais clientes sejam prejudicadas pelo inadimplemento da Requerente, que até mesmo já informou seus credores de que é a legítima devedora dos valores expressos títulos protestados.

Veja, Excelência, que a jurisprudência pátria já se posicionou favoravelmente à possibilidade de baixa do protesto em nome dos clientes da empresa em Recuperação, sob a luz do princípio da preservação da atividade empresarial:

> *EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITO. CLÁUSULA DE RECOMPRA. CRÉDITOS SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSTAÇÃO/ABSTENÇÃO DE PROTESTO DE TÍTULOS EM RELAÇÃO AOS SACADOS-DEVEDORES. ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE. ACOLHIMENTO. Trata-se de embargos de declaração opostos em face do acórdão que deu parcial provimento ao agravo de instrumento interposto pela empresa embargada, para o fim de afastar da decisão agravada a determinação de sustação dos efeitos dos protestos dos títulos objetos do contrato de cessão de crédito.Os embargos de declaração se constituem como espécie de recurso expressamente previsto no artigo 994, inciso IV, do CPC/2015. A sua aplicabilidade está delimitada no artigo 1.022 da legislação processual civil, o qual preceitua taxativamente as hipóteses em que a sua oposição é cabível, quais sejam: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual deve se*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

*pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material.No caso em apreço, assiste razão à parte embargante, pois a decisão agravada não determinou a sustação dos efeitos dos protestos em desfavor da empresa recuperanda, mas em face dos sacados-devedores, clientes da embargante.**Como decidido nos embargos de declaração opostos pela empresa credora (ED nº 70081482184), pautados para esta mesma sessão de julgamento, quanto às restrições em nome dos sacados, ou seja, dos clientes da recuperanda, diante do reconhecimento da natureza concursal do crédito, por consequência lógica, descabe a manutenção de restritivos em nome de terceiros.** Sendo assim, verificada a ocorrência de obscuridade, o acolhimento da irresignação recursal é medida impositiva. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES. (TJ-RS - EMBDECCV: 70081461964 RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Data de Julgamento: 15/08/2019, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: 19/08/2019)*

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. **RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA. PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. TUTELA DE URGÊNCIA. PROTESTO DE TÍTULOS NÃO PERFORMADOS. ATOS EXECUTÓRIOS CONTRA OS SACADOS DOS TÍTULOS. DESCABIMENTO.** Na espécie, não há prova de que os títulos cedidos aos Fundos de Investimentos e Securitizadoras efetivamente são títulos performados, até porque as empresas que receberam os apontes, a exemplo da John Deere, negam que tenha relação jurídica com eles e, segundo a Administração Judicial, somente após a verificação dos créditos será possível alcançar a certeza, **razão pela qual a decisão vergastada deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos, com base no princípio da preservação da empresa, considerando, ainda, que o protesto de títulos em nome de clientes das recuperandas poderá colocar fim à relação comercial e frustrar a recuperação judicial.** AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (TJ-RS - Agravo de Instrumento: 5384613-76.2023.8.21.7000 OUTRA, Relator: Cláudia Maria Hardt, Data de Julgamento: 27/03/2024, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: 27/03/2024)*

Ora, Excelência, a **INAPI**, ao realizar operações de cessão de crédito, buscava assegurar a continuidade de suas atividades empresariais através do adiantamento de capital. Nos últimos tempos e – em especial – após a crise do COVID, fato é que, na maior parte do tempo, a **INAPI** mais trabalhou para pagar juros e encargos de antecipações de recebíveis ou similares, em prol da sua efetiva reestruturação, pagando milhões de reais entre juros e encargos, o que, como sabemos, nunca foi desconhecido pelo mercado de crédito.

O que ocorreu, como era de se esperar – num ambiente de crise econômico-financeira -, é que a roda parou, o que ocorreu em desfavor da Requerente.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

A Requerente pretende reestruturar seu passivo e sua operação e já reconheceu referidos valores como por ela devidos e o fez com transparência em aviso para seus clientes e para o mercado fornecedor de crédito.

O protesto de sacados/clientes que, conforme declaração da própria **INAPI**, não são devedores dos títulos, é, no mínimo, **absurdo e imoral**, porque os títulos não são por eles devidos, o que já é do conhecimento de todos.

Os protestos sacrificam clientes – não devedores dos títulos e prejudicam a imagem da Requerente, ameaçando a relação comercial e de confiança, fundamental para a continuidade de suas operações. Portanto, é essencial que se defira a tutela cautelar solicitada para evitar protestos indevidos, como já reconhecido em jurisprudências similares, que visam preservar a atividade empresarial e evitar danos irreparáveis à **INAPI**.

Adicionalmente, conforme destacado no processo de Recuperação Judicial da METALÚRGICA CANDEIA LTDA[8], acima citado, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul já decidiu pela suspensão de protestos contra clientes de empresas em recuperação judicial, **visando a preservação da atividade empresarial**. **No caso em questão, a relatora Desembargadora Cláudia Maria Hardt salientou que o protesto de títulos em nome de clientes poderia comprometer a relação comercial e inviabilizar a recuperação da empresa.** Dessa forma, a jurisprudência reforça a necessidade de acolhimento do pedido da INAPI, garantindo a baixa dos protestos e impedindo novos atos executórios contra os clientes, essencial para a manutenção da estabilidade e confiança necessárias para a recuperação da empresa

Além disso, vale ressaltar que para plena eficácia da tutela cautelar concedida às fls. 359/362, que se pede a manutenção neste ato, que até mesmo em seu item "b" fala em preservação de contratos necessários para manutenção das atividades da Requerente. é de suma importância que tais protestos tenham sua baixa deferida; haja vista que, como exposto, para

[8] (TJ-RS - Agravo de Instrumento: 5384613-76.2023.8.21.7000 OUTRA, Relator: Cláudia Maria Hardt, Data de Julgamento: 27/03/2024, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: 27/03/2024)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

manutenção da atividade econômica é fundamental que a Autora tenha uma relação saudável e próspera, o que será inviável caso os seus clientes sejam protestados por dívidas da própria INAPI.

Diante disso, requer seja deferida a tutela pretendida para se determinar a baixa em todos os protestos emitidos em face de clientes da INAPI em razão de cessões de créditos realizadas entre a Requerente e as respectivas Instituições, sob pena de multa diária a ser arbitrada por Vossa Excelência, atribuindo à decisão força de ofício.

IV. DOS REQUISITOS DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em primeiro lugar, tem-se que a Requerente preenche todos os requisitos para pleitear a sua recuperação judicial, eis que ela exerce regularmente as suas atividades empresariais há mais de 2 (dois) anos (Doc. 2 – Atos societários), jamais tiveram pedido de recuperação judicial deferido (Doc. 3 – Certidões Negativas de Recuperação Judicial e Falência) e o seu administrador jamais foi falido (Doc. 4 – Certidões Negativas de Recuperação Judicial e Falência), tampouco condenado por qualquer crime falimentar (Doc. 5 – Certidões Negativas Criminais), conforme denota-se da documentação anexa.

Em segundo lugar, a Requerente demonstrou que preenche todas as exigências legais para o processamento da presente ação, possuindo ainda as necessárias aprovações societárias para a distribuição do presente pedido, haja vista a procuração outorgada por sua sócia e administradora para tanto. (Doc. 1 – Procuração e Doc. 2 – Documentos Societários)

A Requerente tem total confiança de que a crise ora enfrentada é pontual, decorrente do contexto retro mencionado e que não deve afetar de modo perene a solidez, a história e a capacidade de se soerguer, posto ser empresa viável, o que resta demonstrado por sua resiliência, bem como pela projeção do seu fluxo de caixa anexo, apresentando fortes indícios de recuperação e manutenção de suas atividades e dos postos de trabalho que serão criados. (Doc. 6 – Demonstrações Contábeis)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

Evidentemente que no curso do processo recuperacional a Requerente elaborará seu plano de recuperação judicial e, no prazo legal[9], demonstrará cabalmente sua viabilidade econômica e sua enorme disposição de trabalhar com todas as alternativas de mercado para equalização do seu passivo e da sequência de sua atividade viável, nos termos do artigo 47 da lei 11.101/05.

Portanto, comprovada a presença dos requisitos objetivos previstos no artigo 48 da Lei 11.101/2005 atualizada pela Lei 14.112/2020, passará a demonstrar a regular instrução do presente feito, nos moldes do artigo 51 da Lei 11.101/2005 atualizada pela Lei 14.112/2020.

V. DA INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Requerente acosta aos autos de forma individualizada os seguintes documentos, conforme dispõe o artigo 51 da Lei 11.101/2005.

I – A exposição das causas concretas da situação patrimonial das devedoras e das razões da crise econômico-financeira: na forma referida na presente inicial e conforme os diversos documentos anexos.

II - Demonstrações Contábeis das empresas: balanço patrimonial, demonstrativo de resultado desde o último exercício social e demonstrativo de resultado acumulado – art. 51, inciso II, LRF, relativas aos exercícios de 2021, 2022 e 2023, bem como as levantadas especialmente para instruir o pedido, incluindo os respectivos relatórios gerenciais de fluxo de caixa, bem como sua projeção nos termos do

[9] Art. 53. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convolação em falência, e deverá conter:
I – discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados, conforme o art. 50 desta Lei, e seu resumo;
II – demonstração de sua viabilidade econômica; e
III – laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.
Parágrafo único. O juiz ordenará a publicação de edital contendo aviso aos credores sobre o recebimento do plano de recuperação e fixando o prazo para a manifestação de eventuais objeções, observado o art. 55 desta Lei.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

artigo 51, inciso II, LRF; (Doc. 06 – Demonstrações Contábeis)

III - A relação nominal completa dos credores, com a indicação do CNPJ e endereço de cada um, a natureza, a classificação do crédito e o valor, discriminando sua origem e os respectivos vencimentos. A Requerente anexa a Relação de Credores existentes: da Classe I – Créditos Trabalhistas, da Classe III– Credores Quirografários e da Classe IV – Pequenas e Médias Empresas e EPPs; - bem como indicam os créditos de natureza extraconcursal (art. 51, inciso III, LRF) (Doc. 07 – Relação de Credores)

IV - Relação integral dos empregados da Requerente, cargos e salários – ora se anexa como documento sigiloso, na forma do pedido final. (art. 51, inciso IV, LRF) (Doc. 08 – Relação de Empregados)

VI – Certidão de regularidade da devedora no Registro Público de Empresas (Junta Comercial), os atos societários e contratos sociais com últimas alterações consolidadas, nos quais constam a nomeação da atual administradora da devedora (art. 48, caput, e 51, inciso V, LFR) (Doc. 02 – Atos Societários);

VII - extratos das contas-corrente e aplicações financeiras (art. 51, inciso VII, LRF) (Doc. 10 – Extratos Atualizados)

VIII - certidões dos cartórios de protesto (art. 51, inciso VIII, LRF) dos Municípios nos quais a Requerente está sediada ou possui filial; (Doc. 11 –Certidões dos Cartórios de Protesto)

IX - Relação de ações judiciais (art. 51, inciso IX, LRF) que contempla todos os processos administrativos, judiciais e arbitrais de natureza cível, fiscal e trabalhista em que a Requerente figura como parte, incluindo as declarações de inexistência de ações judiciais subscritas por sua representante para a Requerente que não figura, de qualquer forma, como partes em quaisquer ações judiciais nos termos do presente item, quando aplicável. (Doc. 12 – Relação de ações judiciais)

X - Relatório detalhado do passivo fiscal (art. 51, inciso X, LRF) (Doc. 13 – Relatório detalhado do passivo fiscal)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

XI - relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante (art. 51, inciso XI, LRF), acompanhados dos respectivos negócios jurídicos celebrados com credores de que trata o §3º do art. 49 da LRF; (Doc. 14 – Relação de Bens da Requerente)

XII - relação dos bens particulares da administradora e sócia da devedora – a Requerente anexa como documento sigiloso, na forma do pedido final (art. 51, inciso VI, LRF). (Doc. 09 – Relação de Bens dos Sócios e Administradores)

XIII – certidões forenses contendo as ações judiciais em que a Requerente figura como parte, inclusive as de natureza trabalhista (Doc. 15 – Certidões Forenses em nome da Requerente).

Ademais, encontram-se inclusas outras certidões da administradora da Requerente (Doc. 16 – Outras Certidões).

VII. DOS DOCUMENTOS SIGILOSOS

Conforme depreende-se da relação de documentos acima citada, a Requerente informa que a relação de empregados (art. 51, inciso IV, LRF – doc. 08) e a relação de bens da sócia e administradora (art. 51, inciso VI, LRF – doc. 09) são ora juntados como documentos sigilosos.

Isso porque, é certo que tais informações atraem curiosidade pública, sendo que a atribuição de sigilo às informações detalhadas e íntimas de cada um dos indivíduos referidos nos documentos acima encontra-se perfeitamente alinhada com o inciso LX do art. 5º da Constituição Federal. Nesse sentido é a doutrina de João Pedro Scalzilli, Luis Felipe Spinelli, Rodrigo Tellechea, Luiz Roberto Ayoub e Cássio Cavalli, vejamos:

> "*Ademais, como o acesso aos documentos da ação é franqueado ao público, pois ela não tramita em segredo de justiça, a exigência em questão acarreta alguns efeitos colaterais potencialmente danosos. Em primeiro lugar, expõe detalhes do patrimônio pessoal de controladores e administradores, informações revestidas de sigilo legal e que seriam normalmente expostas apenas ao Fisco na Declaração do Imposto de*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

Renda. [...] ***Diante da abusividade da regra disposta no art. 51, inc. VI, da LREF solução de duas ordens são possíveis: (i) deixa-se de exigir a relação de bens particulares quando o devedor for uma EIRELI, sociedade limitada ou sociedade anônima; ou (ii) o devedor pode requerer na petição inicial que a relação seja autuada em apartado, sendo revestida por segredo de justiça, ficando exclusivamente à disposição do juízo, para só virem ao processo de recuperação judicial se estiverem presentes indícios fortes de fraude, ou fiquem acauteladas em cartório.****"*

No mesmo sentido, dispõe o artigo 189, incisos I e III, do Código de Processo Civil, *in verbis:*

Art. 189. Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos:
I - Em que o exija o interesse público ou social;
(...)
III - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;

Vale ressaltar, ainda, que o E. STF[10], ao analisar a necessidade de garantir o direito constitucional à intimidade, reconheceu que a inviolabilidade de dados patrimoniais, bancários e de informações íntimas deve ser a regra, nos termos do art. 5º, X, da Constituição Federal.

Assim, de rigor que os referidos documentos (relação de empregados e as relações de bens dos administradores e sócios) sejam desentranhados destes autos e autuados em incidente apartado, em **SEGREDO DE JUSTIÇA**, facultando seu acesso somente a este Il. Juízo, Ministério Público e ao Sr. Administrador Judicial, sendo proibida a extração de cópias, sob pena de violação ao direito de proteção à intimidade de cada um dos indivíduos cujas informações pessoais integram a documentação, nos termos do art. 5º, X, da Constituição Federal, bem como art. 189 do Código de Processo Civil.

[10] STF, HC 96.056-PE, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, j. em 28.06.2011.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

Diante de todo o exposto e firme no entendimento de que que não haverá prejuízo aos credores – uma vez que este Ilustre Juízo, o Ministério Público e Administrador Judicial terão pleno acesso à documentação referida – requer-se que seja atribuído segredo de justiça à relação de empregados e às relações de bens dos sócios e administradores, sendo tais documentos autuados em incidente apartado, preservando, assim, o direito à intimidade previsto pelo art. 5º, inciso X da Constituição Federal, nos termos alhures expostos.

VIII. DO PEDIDO

Ante o exposto, requer, cautelarmente:

A) Que V.Exa. se digne a apreciar e deferir, **em caráter de urgência**, a presente Recuperação Judicial, e, caso assim não seja possível e seja deferida a realização de perícia prévia, requer seja deferido o pedido de tutela antecipada de urgência (art. 300 do NCPC), no sentido de **(i)** determinar a suspensão de ações e execuções promovidas contra a Requerente, pelo prazo legal de 180 dias, de modo a evitar prejuízos irreparáveis no lapso temporal compreendido entre o ajuizamento da presente recuperação e o deferimento de seu processamento, inclusive para suspender a execução de travas bancárias e constrições extrajudiciais em suas contas bancárias e bloqueio de recebíveis; e **(ii)** determinar a baixa em todos os protestos emitidos em face de clientes da INAPI em razão de cessões de créditos realizadas entre a Requerente e as Instituições Financeiras, Fundos, empresas de factoring e fomento, sob pena de multa diária a ser arbitrada por Vossa Excelência, atribuindo à decisão força de ofício; e

B) Invocando as garantias constitucionais à proteção da intimidade e ao sigilo fiscal, protesta pela juntada como documentos sigilosos: (i) da Relação de Empregados, Cargos e Salários (art. 51, inciso IV), que, diante de seu caráter sigiloso e pessoal, requer seja autuada como documento sigiloso; (ii) da Relação de bens da sócia/administradora (art. 51, inciso VI), que, diante de seu caráter sigiloso e pessoal,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

requer que lhe seja atribuído **segredo de justiça,** determinando sejam tais documentos autuados em incidente apartado, preservando, assim, o direito à intimidade previsto pelo art. 5º, inciso X da Constituição Federal, nos termos alhures expostos.

Após conclusão da eventual perícia prévia, requer-se:

C) Seja recebido este pedido de emenda à petição inicial, confirmando-se integralmente a tutela antecipada cautelar anterior, para que seja deferido o processamento deste pedido de Recuperação Judicial, em razão da sua correta instrução e da total observância aos requisitos dos artigos 47 e seguintes da Lei 11.101/2005 atualizada pela Lei 14.112/2020, nomeando-se, consequentemente, administrador judicial que acompanhará o trâmite deste processo, para:

a. Ordenar a suspensão de todas as ações e execuções existentes contra a Requerente, pelo período total de 180 dias;

b. Comunicar o deferimento, por carta, às Fazendas Públicas Federal, Estaduais e Municipais (Maracanaú e São Paulo);

c. Determinar a expedição do edital previsto na LRF, art. 52, § 1º;

d. Autorizar a apresentação de Plano de Recuperação Judicial, no prazo legal de 60 (sessenta) dias, na forma do art. 53 da LRF.

e. Vedar a realização de toda e qualquer medida de busca e apreensão e reintegração de posse que venha a ser intentada sobre os bens, máquinas e equipamentos essenciais às atividades da Requerente, sob pena de inviabilizar a continuidade das atividades da empresa;

f. Determinar a suspensão dos efeitos do inadimplemento, impedindo o vencimento antecipado dos contratos da Requerente com as instituições financeiras arroladas ao presente procedimento, bem como impedindo o vencimento antecipado da dívida e qualquer direito de retenção de valores nas contas correntes da Requerente, inclusive

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

eventual qualquer direito de compensação contratual ou liquidação de operações e realização de execução de garantias e travas bancárias;

g. Determinar a suspensão de todas as obrigações relativas aos contratos celebrados junto às instituições financeiras elencadas na relação de credores acostada à presente, e todos os entes de seus respectivos grupos econômicos, de todos os créditos sujeitos à este procedimento recuperacional, mas não se limitando a ele;

h. Em relação aos créditos concursais e eventuais créditos extraconcursais, que seja determinada a suspensão de qualquer arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição sobre os bens, oriundas de demandas judiciais ou extrajudiciais, o que deverá ser previamente submetido a esse MM. Juízo, sobretudo se puderem prejudicar ou inviabilizar futuro processo de recuperação da Requerente;

i. Determinar que sejam preservados todos os contratos necessários à manutenção das atividades da Requerente, inclusive linhas de créditos e fornecimentos, sustando os efeitos de toda e qualquer cláusula que, em razão do ajuizamento do presente pedido de recuperação judicial, imponha o vencimento antecipado de dívidas ou contratos ou autorize a rescisão de contratos essenciais, sob pena de inviabilizar a atividade empresarial;

j. Determinar que seja suspensa qualquer determinação de registro em cadastros de inadimplentes referentes à créditos sujeitos ao processo de recuperação judicial;

k. Determinar a dispensa da exigência de apresentação de Certidões Negativas para atos que visem o pleno exercício e continuidade das atividades da Requerente, bem como para viabilizar a presente Recuperação Judicial, conforme disposto no inciso II do artigo 52 da Lei 11.101/2005, atualizada pela Lei 14.112/2020;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.

IX. DAS INTIMAÇÕES

Requer que todas as publicações atinentes ao presente feito, sejam levadas a efeito em nome do advogado **ROBERTO CARLOS KEPPLER, OAB/CE 48326-A e OAB/SP 68.931**, no seguinte endereço: Rua Bento de Andrade, 421, Jardim Paulista, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Atribui-se a presente causa, o valor de R$ 30.315.865 (trinta milhões, trezentos e quinze mil, oitocentos e sessenta e cinco reais), correspondente ao total dos créditos sujeitos à recuperação judicial, nos termos do §5º do artigo 51 da LRF[11], aproveitando-se a taxa judiciária adimplida quando da distribuição da tutela cautelar, nos termos do art. 308 do Código de Processo Civil[12].

Termos em que,
Pede-se urgência no deferimento.

Fortaleza, 08 de julho de 2024.

ROBERTO CARLOS KEPPLER
OAB/SP 68.931
OAB/CE 48326-A

SIMONE ZAIZE DE OLIVEIRA
OAB/SP 132.830
OAB/CE 48334-A

ANTONIO LIMA CUNHA FILHO
OAB/SP 267.842
OAB/CE 48337-A

ANNA MARIA HARGER PIZANI
OAB/SP 387.236

[11] § 5º O valor da causa corresponderá ao montante total dos créditos sujeitos à recuperação judicial.
[12] Art. 308. Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO CARLOS KEPPLER e tjce.jus.br, protocolado em 08/07/2024 às 15:44 , sob o número WEB124021764267
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0236174-42.2024.8.06.0001 e código fSKAXXfr.